



CONAMP INFORMA

Boletim Mensal de Notícias

Ano VII - Número 63 - dezembro de 2020



Associação Nacional dos Membros do Ministério Público

CONAMP: 5 décadas de dedicação ao Ministério Público, à sociedade e à democracia brasileira

Pág. 02

NACIONAL

CNMP aprova programa de assistência à saúde dos membros do Ministério Público



Pág. 07

PARLAMENTO

Lavagem de dinheiro é tema de audiência pública com a presença da CONAMP



Pág.9

LIDERANÇA CLASSISTA

Conselho deliberativo realiza última reunião do ano de 2020



Pág. 10



CONAMP: 5 décadas de dedicação ao Ministério Público, à sociedade e à democracia brasileira

No dia 10 de dezembro, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) completa 50 anos de existência. São 5 décadas de dedicação ao Ministério Público, à sociedade e à democracia brasileira.

A CONAMP é um sonho que surgiu durante III Congresso do Ministério Público Fluminense, em Teresópolis (RJ), e que se concretizou no ano de 1971 com a posse da primeira diretoria. A Carta de Curitiba de 1986 e a mobilização du-

rante a Constituinte de 1988 são os dois principais marcos históricos que deixam claro a importância da entidade na formatação do atual modelo do Ministério Público.

Para celebrar o cinquentenário, a atual diretoria (biênio 2020/2022) de entidade preparou uma série de eventos e iniciativas especiais.

As comemorações começaram no dia 1º de dezembro com a realização da live festiva. Uma festa online em que foram sorteados prêmios exclusivos

aos associados da CONAMP e afiliadas.

Novo site institucional, campanhas nas redes sociais e agenda comemorativa já foram algumas das atividades concluídas.

Parte da festa também irá ocorrer no ano de 2021: em fevereiro, a webconference, um evento virtual para discutir os desafios institucionais; e em maio, o lançamento de um livro sobre os 50 anos da CONAMP e o Ministério Público.

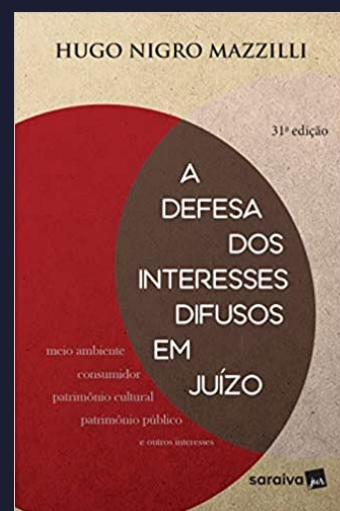
Live festiva e sorteio de prêmios



SORTEADOS LIVE



- 1° Henrique Rech Neto (RS) - Adegas Electrolux
- 2° Valeria Feres Borges (PR) - Tablet iPad mini 5 Apple
- 3° Ursula Catarina F. da Silva Pinto (GO) - Celular Galaxy S20+
- 4° Celia Lúcia Vaz de Araújo (ES) - Notebook Samsung Book X40
- 5° Jovilhiana Orrigo Ayricke (RO) - Renault Kwid 0Km



Clique aqui e confira os 50 sorteados que ganharam exemplares do livro “A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo”



Confira abaixo a íntegra da live festiva



Lançamento do novo site institucional

A atualização do site da CONAMP é um dos principais legados da comemoração dos 50 anos. O novo portal é mais moderno, intuitivo e acessível. Agora, os associados terão um espaço digital de conexão direta com a CONAMP.

[CLIQUE AQUI PARA ACESSAR](#)



Lançamento da agenda institucional

Para os associados, a CONAMP preparou uma agenda comemorativa. Ao longo de todo o ano 2021, o cinquentenário da entidade, a agenda reforça o vínculo e a proximidade associativa.

A agenda está disponível apenas para os associados da CONAMP e afiliadas. O material é distribuído pelas afiliadas que solicitaram a agenda 2021.



Campanha nas redes sociais

DE NORTE A SUL, A CONAMP DEIXA SUA MARCA EM TODO BRASIL

Em parceria com a CONAMP, o Ministério Público Militar participou da mobilização contra a PEC 37

ANMP
Associação Nacional dos Militares do Ministério Público

CONAMP
50 ANOS

DE NORTE A SUL, A CONAMP DEIXA SUA MARCA EM TODO BRASIL

No Tocantins, aprovada lei que permite a candidatura de Promotores de Justiça ao cargo de PGJ

AMP
Associação Tocantinense de Ministério Público

CONAMP
50 ANOS

DE NORTE A SUL, A CONAMP DEIXA SUA MARCA EM TODO BRASIL

AMPERN e CONAMP atuam juntas em prol das prerrogativas dos membros do Ministério Público

ampern
Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

CONAMP
50 ANOS

Ponto de vista



Ex-presidentes da CONAMP falam sobre os próprios mandatos. A experiência, conquistas, desafios, memórias de anos intensos de dedicação e atuação no cenário nacional. Eles foram os principais autores da história da entidade.



[CLIQUE AQUI PARA VER TODOS OS VÍDEOS](#)

Video institucional comemorativo



CNMP aprova programa de assistência à saúde dos membros do Ministério Público

O plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) aprovou, nesta quarta-feira (02), resolução que disciplina o programa de assistência à saúde suplementar para membros e servidores do Ministério Público, da ativa e aposentados, com efeito a partir do dia 01/ de março de 2021.

A minuta que deu origem à Resolução foi protocolada pela CONAMP e Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE) e se baseou na simetria com a regulamentação já efetuada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

“A saúde dos membros do Ministério Público significa a saúde e a vitalidade da luta pela democracia e pela luta dos direitos da sociedade”, declarou o presidente da CONAMP, Manoel Murrieta, durante sustentação oral. Murrieta agradeceu à sensibilidade do conselheiro Oswaldo D’Albuquerque, por ter proposto a resolução a partir das sugestões encaminhadas pela CONAMP e CNPGE, e do conselheiro Luiz Bandeira, relator da matéria.



Além da diretoria da CONAMP, integrantes do conselho deliberativo também acompanharam a sessão plenária do CNMP.

Resolução

No texto, consideram-se o princípio constitucional da simetria entre o Ministério Público e o Poder Judiciário e a necessidade da regulamentação uniforme e simétrica dos dispositivos pertinentes da Constituição e das leis vigentes no âmbito da União e das 27 unidades da Federação sobre a matéria.

De acordo com a resolução aprovada, os programas de assistência à saúde suplementar para membros e servidores do

Ministério Público deverão observar as diretrizes da própria norma, a disponibilidade orçamentária, o planejamento estratégico de cada órgão e os princípios da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade.

Para fins da resolução, considera-se assistência à saúde suplementar: assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, prestada diretamente pelo órgão ou



entidade ao qual estiver vinculado o membro ou servidor do Ministério Público, mediante convênio ou contrato, ou, na forma de auxílio, mediante reembolso total ou parcial do valor despendido pelo membro ou servidor com planos ou seguros privados de assistência à saúde-odontológicos.

Ainda conforme a resolução, a assistência à saúde dos beneficiários será prestada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e, de forma suplementar, por meio de regulamentação do respectivo Ministério Público, mediante: autogestão de assistência à saúde, conforme definido em regulamento próprio aprovado pelo órgão, inclusive com coparticipação; convênio ou contrato com operadoras de plano de assistência à saúde, com ou sem coparticipação;

serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade; e auxílio de caráter indenizatório, por meio de reembolso.

A resolução estabelece também que o beneficiário que participar de programa de saúde suplementar nas formas de autogestão de assistência à saúde e convênio/contrato com operadoras de plano de assistência à saúde, para si ou seus dependentes, custeado total ou parcialmente pelo erário, terá assegurado o reembolso nos termos do respectivo regulamento, nas seguintes condições: aplicação dos limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 5º desta Resolução; dedução da contrapartida do ente público e das participações obrigatórias dos beneficiários; e a limitação de reembolso apenas por despesas efetivamente comprovadas.

Não será obrigatória a instituição do auxílio de caráter indenizatório, por meio de reembolso, quando for adotada alguma das outras modalidades previstas de assistência à saúde, sendo vedado ao membro ou servidor a vinculação simultânea a mais de uma modalidade.



ARTIGO

Democracia digital e eleições 2020

Por: Emerson Garcia

Consultor Jurídico da CONAMP

JUSTIÇA
CIDADANIA

CONAMP
Associação Nacional dos Membros do Ministério Público

Lavagem de dinheiro é tema de audiência pública com a presença da CONAMP

O 1º vice-presidente da CONAMP, Tarcísio Bonfim, participou, nesta sexta-feira (13), de audiência pública virtual da Comissão de Juristas que discute mudanças na Lei de Lavagem de Dinheiro.

“A jurisprudência do nosso País tem evidenciado que nossa lei é moderna e tem se firmado como um importante instrumento de combate à corrupção”, pontuou Tarcísio. Ele lembrou que a atuação efetiva pelo fim da corrupção é uma manifestação eloquente e diária da sociedade. “Qualquer medida de aperfeiçoamento legislativo não pode se afastar dos marcos civilizatórios e dos avanços que conseguimos até o momento,

como a importância dos tipos penais previstos na lei de lavagem de dinheiro”.

O representante da CONAMP afirmou ainda que a legislação brasileira atual está em sintonia com diversos países, comprovando a eficiência do texto. “A CONAMP entende que, no caso da lei de lavagem de dinheiro, em decorrência de termos como objeto tutelado a ordem econômica e social e dos avanços que já foram efetivados, qualquer alteração precisa levar em conta que não podemos ter retrocessos”, disse Tarcísio.

Como sugestão de pauta para a comissão, Tarcísio propôs o avanço quanto à responsabilidade

penal de pessoas jurídicas, conforme previsão constitucional, e o aperfeiçoamento dos instrumentos de recuperação de ativos.

Tarcísio é coordenador do grupo de trabalho da CONAMP que estuda o tema e prepara materiais técnicos que serão entregues aos parlamentares.

A comissão de juristas foi instalada em setembro pela Câmara dos Deputados e possui mais de 40 integrantes, entre membros do MP, magistrados, juristas e advogados. O Presidente da Comissão de Juristas é o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Reynaldo Soares da Fonseca.

Confira abaixo a íntegra da audiência pública



Conselho deliberativo realiza última reunião do ano de 2020

No dia 1º de dezembro, o conselho deliberativo realizou a última reunião do ano de 2020. O encontro ocorreu em Brasília, no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, e teve caráter híbrido.

Na ocasião, o presidente da CONAMP, Manoel Murrieta, se despediu de alguns integrantes que deixam o conselho deliberativo da entidade devido ao fim do mandato na associação afiliada. Murrieta prestou homenagens a Dimitrius Viveiros Gonçalves, do Rio de Janeiro; Jacqueline Orofino, do Tocantins; Márcio Gondim, da Paraíba; Martha Beltrame, do Rio Grande do Sul; e Nilzir Soares, de Sergipe.

Estiveram presentes na reunião da CONAMP as procuradores-gerais de Justiça da Bahia, Norma Cavalcanti; do Distrito Federal, Fabiana Costa; e do Espírito Santo, Luciana Andrade, além do procurador-geral de Justiça da Paraíba, Francisco Seráfico.



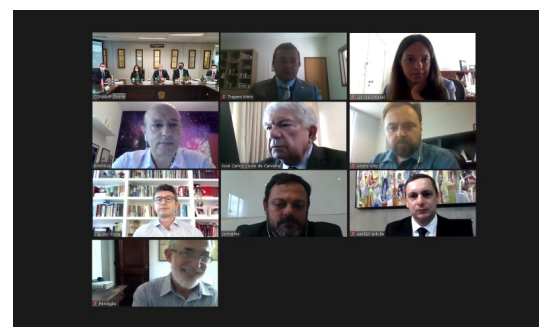
Atuação

Foi feito um balanço dos temas enfrentados pela CONAMP desde março deste ano (período em que foi empossada a atual diretoria, biênio 2020/2022) tanto no Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal, tribunais superiores e Conselho Nacional do Ministério Público e Conselho Nacional de Justiça.

Liberdade de expressão e cidadania de magistrados e membros do Ministério Público; reforma tributária; embarque armado; júri por videoconferência; política remuneratória; capacidade eleitoral passiva; PEC emergencial; lavagem de dinheiro; reforma administrativa; permuta; teletrabalho durante a pandemia; programa de assistência à saúde; composição do CNMP; plano mansueto; acordo de leniência; reformas na lei improbidade administrativa e na lei de lavagem de dinheiro;

a criação da Lei Geral de Proteção de Dados Penais (LGPD); e a mobilização quanto ao PLP 101/2020 foram alguns dos temas que pautaram a atuação da CONAMP. Em destaque, a apresentação ao PGR minuta de projeto de lei em reconhecimento à atividade de risco de Procuradores e Promotores de Justiça.

Para 2021, foram discutidas as proposições legislativas prio-



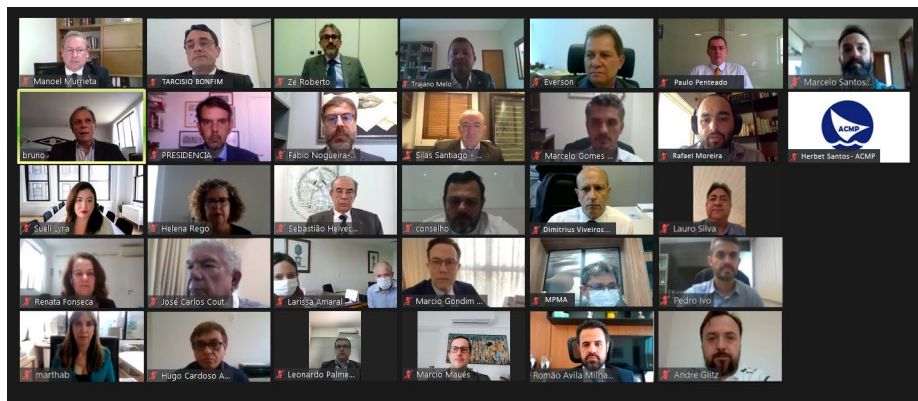
ritárias de atuação no primeiro trimestre do ano, bem como estratégias de ação, considerando a tendência do contexto político.

A CONAMP também avança na elaboração de uma sugestão de alteração legislativa sobre o PL 4141 de 2020, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera o ECA. O texto está em fase de finalização e será encaminhado ao Congresso Nacional.

Oficina virtual do Sebrae

No mês de novembro, os integrantes do conselho deliberativo participaram de oficina virtual realizada pelo Sebrae sobre a consolidação de um ambiente favorável aos pequenos negócios.

“Somos entusiastas desta parceria com o Sebrae. Este projeto colaborativo em prol dos empre-



endedores brasileiros é também uma contribuição do Ministério Público brasileiro ao crescimento econômico do Brasil. Esta é a afirmação de uma nuance do papel desempenhado por Procuradores e Promotores de Justiça, somos também promotores do desenvolvimento”, afirmou o presidente da CONAMP, Manoel Murrieta, durante a abertura da oficina.

Durante a oficina foi discutido o cenário econômico atual do país tendo em vista a pandemia de Covid-19 e como o Ministério Público pode apoiar a retomada do

crescimento do Brasil por meio da efetivação da legislação referente a micro e pequenas empresas.

Ao final, foi deliberado a criação de um projeto piloto para avançar com o estreitamento das relações do Ministério Público e Sebrae em prol dos empreendedores. As associações que irão apoiar, fomentar e experimentar a iniciativa são dos estados da Bahia (Ampeb); Mato Grosso (AMMP); Minas Gerais (AMMP); Rio Grande do Sul (AMPRS); Rondônia (Ampro); e Pará (Ampep).

Confira vídeo do Sebrae sobre a importância da atuação do Ministério Público na geração de emprego e renda



João Ricardo Santos Tavares toma posse como presidente da AMPRS



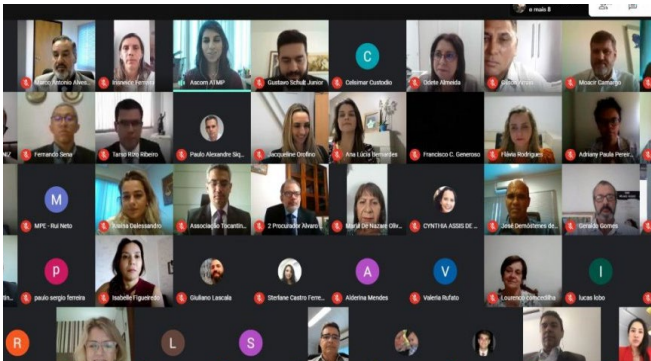
| [Leia mais](#)

Empossada a nova diretoria da Associação Catarinense do Ministério Público



| [Leia mais](#)

No Tocantins, Nova Diretoria e Conselho Fiscal da ATMP são empossados



| [Leia mais](#)

Leonardo Quintans Coutinho é eleito presidente da Associação Paraibana do MP



| [Leia mais](#)

CONAMP homenageia conselheira Ivana Farina



| [Leia mais](#)

Paulo Penteadó recebe homenagem do Ministério Público Militar



| [Leia mais](#)

CONAMP e Frentas discutem PEC Emergencial com governador do Acre



[| Leia mais](#)

PEC emergencial: Frentas reúne-se com relator da matéria



[| Leia mais](#)

CONAMP participa de homenagem do CNPG ao ex-presidente Victor Hugo Azevedo



[| Leia mais](#)

CONAMP participa de campanha em prol do estado do Amapá



[| Leia mais](#)

Entidades enviam à ANAC sugestões de mudança na regulamentação de embarque armado de membros do MP e da Magistratura



[| Leia mais](#)

CONAMP prestigia posse do novo PGJ de Tocantins

Sessão Solene de Posse do Procurador-Geral de Justiça



MANOEL MURRIETA

| [Leia mais](#)

Senado aprova Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal



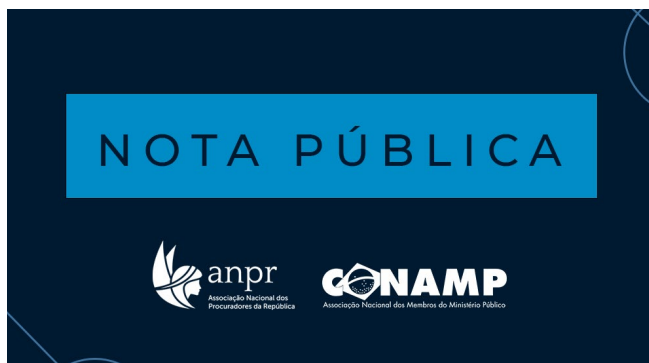
| [Leia mais](#)

Em estudo técnico, CONAMP e CNPG apontam que PLP 101/20 é o desmonte do Ministério Público



| [Leia mais](#)

Nota em defesa da eficiência do sistema penal e contra privilégios indevidos



| [Leia mais](#)

ARTIGO

As medidas legais de controle da COVID-19 (isolamento, quarentena e tratamento de saúde compulsório) e sua proporcionalidade

Por: **Luiz Antônio Freitas de Almeida**

Promotor de Justiça do Mato Grosso do Sul

**XXIV Congresso Nacional do Ministério Público
é tema de reunião com o ministro do Turismo**



[| Leia mais](#)

**CONAMP reúne-se com integrantes da
Diretoria de Fiscalização de Produtos
Controlados do Exército brasileiro**



[| Leia mais](#)

**CONAMP é embaixadora do movimento
#EuVotoSemFake capitaneado pelo TSE**



[| Leia mais](#)

**CONAMP prestigia lançamento do projeto
"Respeito e Diversidade"**



[| Leia mais](#)

ARTIGO

A luta perpétua pela democracia

Por: Manoel Murrieta
Presidente da CONAMP



ESTADÃO **CONAMP**
Associação Nacional dos Membros do Ministério Público

Perguntas ou comentários? Envie um e-mail para imprensa@conamp.org.br ou ligue para 61.3314-1356